

Gm (Relatório Gm)  
4/19/99 8  
02

# Projetos ajudam a valorizar a natureza

O subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA) é o melhor exemplo de como pode dar certo o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), na opinião da rede de ONGs da Amazônia e Mata Atlântica. De um orçamento de US\$ 24,18 milhões, 70% está executado – bem acima da média de 38% registrada em todos os outros programas. Segundo Miriam Prochnow, da Rede Mata Atlântica, porque “foi estruturado de maneira diferente, não passou pela burocracia orçamentária, criou mecanismos alternativos de repasse, fortaleceu as ONGs e deu-lhes fôlego para negociar diretamente a aplicação dos recursos”.

A experiência dos PDAs, que começaram em 1995 e devem acabar no próximo ano, vem atendendo a projetos da sociedade civil, prefeituras municipais e governos estaduais com o objetivo de encontrar alternativas para a utilização de recursos naturais e contribuir para a redução de danos ambientais e geração de modelos inovadores, multiplicáveis e sustentáveis de desenvolvimento.

Os projetos demonstrativos desenvolvidos e divulgados na Amazônia e na Mata Atlântica têm um forte viés de integração das populações locais e financiam a demanda comunitária, ampliando a base de participação por conta da sua dependência direta da floresta. “A geração de conhecimento sobre a conservação, preservação e manejo sustentável dos recursos naturais, a transferência destes conhecimentos e o fortalecimento da capacidade de organização e articulação destas populações são pontos fundamentais desse objetivo”, afirma Raimunda Monteiro da Silva, secretária técnica do PDA. Segundo ela, foram beneficiadas até agora cerca de dez mil pessoas.

As áreas prioritárias para a seleção de subprojetos do PDA são os sistemas de preservação ambiental, sistemas de manejo florestal, recuperação de áreas degradadas e sistemas de manejo dos recursos aquáticos. O dinheiro vem da

alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), da União Européia e do Rain Forest Trust Fund. Cada instituição tem um limite financiado de US\$ 210 mil para três anos, com uma contrapartida mínima de até 30%. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) estima que ao final do PDA tenham sido financiados cerca de 150 subprojetos na Amazônia e na Mata Atlântica.

No início de março de 1996, foram assinados os primeiros 37 contratos de subprojetos no valor total de US\$ 7,2 milhões. Hoje, estão aprovados 97 subprojetos, que somam cerca de US\$ 20,3 milhões. Desse total, US\$ 13,5 milhões são financiados pelo PDA, com 76% desenvolvidos na Amazônia e 24% na Mata Atlântica.

Dos projetos em andamento, alguns são exemplos dentro do PDA. O Manejo Florestal de Sementes Nativas, executado no município de Brasília (AC), sob a coordenação da Associação Nossa Senhora de Fátima, é um deles. Iniciado em maio de 1997 num área de 1 mil hectares, o projeto envolve 20 famílias que antes viviam em função de culturas de subsistência. Colher e classificar sementes de espécies nobres de madeira reduziu a derrubada da floresta nativa e alertou a população local para o valor agregado das árvores da região. Até pouco tempo atrás, árvores centenárias de mogno, por exemplo, eram trocadas por uma saca de açúcar, que valia no máximo R\$ 15,00. Cada árvore de mogno tem, em média, cinco metros cúbicos de madeira e cada metro vale US\$ 300 no mercado negro.

Era uma completa falta de noção das populações quanto ao potencial da floresta. Com o PDA, a coisa mudou. De lá para cá, os agricultores coletaram 280 quilos de sementes de andiroba, cedro vermelho, cerejeira, copaíba, jatobá, mogno, aguano, samáima, paricá, tauari e tatajuba. Venderam para mais de dez Estados e lucraram um bom dinheiro. O quilo da semente de cerejeira custa, por exemplo, R\$ 25,00. ■

(M.Z.)